

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 18.11.2011

3.2. - 28.11.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES

. E.B.1 Gesteira

- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 5. **CULTURA**

. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

- Rancho Folclórico da Associação Social Recreativa e Cultural de Pouca Pena

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIOS AO INVESTIMENTO

- Santa Casa da Misericórdia de Soure

6.1. Alienação a Título Gratuito de Uma Parcela de Terreno

6.2. PARES - PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

. Reunião de 27 de Agosto de 2009

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

- Clarificação da Deliberação, do Ponto 10.1

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

- . Casa da Criança
 - Valência Creche -

7.1. Reunião de 14 de Julho de 2011

- Revogação da Deliberação, do Ponto 8

7.2. Protocolo

Ponto 8. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE
- . Extensão de Saúde da Gesteira
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . RAMAIS /BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Rede de Distribuição e Iluminação Pública em Soure
 - Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 10. URBANISMO E URBANIZAÇÃO

- . Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG)
 - Gestor de Metadados

Ponto 11. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . ETAR - ENCAMINHAMENTO / TRATAMENTO DE LAMAS
- . PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS // ANO DE 2012
 - Adjudicação

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . Resíduos Sólidos e Higiene Pública – Rede Complementar
- . Prestação de Serviços // Ano de 2012
 - Adjudicação

Ponto 13. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . HIGIENE PÚBLICA
 - Óleos Alimentares Usados (OAU) // Recolha Selectiva e Encaminhamento
- . Protocolo de Colaboração

Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano e das Águas Residuais
 - Parecer

Ponto 15. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . Regime de Exercício da Actividade Industrial - (REAI)
 - Licenciamento Industrial // Vistoria
- . Representante da Câmara Municipal

Ponto 16. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM)
- . Associação Empresarial de Soure
 - Ocupação de Espaço Público
 - Isenção de Taxas

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS

- . Procedimento Concursal Comum para a Ocupação de Um Posto de Trabalho em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Assistente Operacional
 - Autorização

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS

- . Natal // 2011
 - Festa para os Filhos dos Trabalhadores

Ponto 19. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

- Alterações Legislativas
- . Propostas

Ponto 20. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

A Câmara Municipal, como é hábito, fez-se representar nas múltiplas e diversas iniciativas, nos mais diversos domínios, que ocorreram desde a última reunião.

*** CULTURA**

No dia 08 de Dezembro, estivémos presentes na “Área Social” da Capelania do Mogadouro, a propósito da Inauguração do Investimento desenvolvido na Requalificação do Edifício Polivalente de Apoio, que inclui, designadamente, salas de catequese, casas de banho, espaço de arrumos, bar e quermesse...

Nessa visita procedeu-se também à Subscrição Pública do Protocolo relativo ao correspondente Apoio ao Investimento aprovado pelo Executivo Municipal.

*** PROTECÇÃO CIVIL**

No dia 11 de Dezembro, estivémos igualmente presentes no 121.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure... Trata-se de uma Instituição Concelhia claramente de “boa saúde”, com evidente dinamismo e capacidade de resposta... aliás, mais do que as minhas palavras, o ainda Presidente da Federação dos Bombeiros Voluntários do Distrito de Coimbra e recentemente eleito Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, o Autarca Jaime Soares, referiu que os Bombeiros do Distrito de Coimbra eram dos melhores em organização e com resposta mais eficaz em Portugal e na Europa...Mas, acrescentou ainda que, no Distrito de Coimbra, os Bombeiros de Soure eram, inequivocamente, os mais eficazes e organizados... Foi uma iniciativa festiva, acima de tudo, responsável e afirmativa.

* Em termos de investimento público informar que os investimentos em curso estão a decorrer com normalidade...

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “como sabem, o mês de Dezembro é fértil em muitas iniciativas. No dia 03 de Dezembro, estivemos presentes no 20.º Aniversário da Secção de Pesca da Casa do Povo de Vila Nova de Anços. Trata-se de uma secção com grande dinâmica e tem obtido resultados brilhantes nos campeonatos Regionais e Nacionais. Existe, também, uma grande preocupação em termos ambientais, em particular, na defesa dos rios que atravessam o nosso Concelho.

Nesse mesmo dia, assistimos à noite de Fados promovida pelo Rancho Folclórico do Cercal. Esta comunidade tem grande dinâmica cultural e muitos dos artistas/cantores que actuaram são originários do Cercal.

No dia 04 de Dezembro, estivemos presentes num almoço convívio de encerramento de época do Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços e da Sociedade Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense. A sugestão de juntar estes dois grupos, no contexto em que vivemos, é saudável porque há elementos que fazem parte dos dois grupos e assim é uma boa forma de economizar os custos inerentes a estes convívios. Nesse mesmo dia, estivemos na Gesteira, numa Festa de Natal de convívio promovido pelo Grupo Musical Gesteirense.

Ainda nesse mesmo dia, estivemos na Comemoração do 69.º Aniversário da Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha.

No dia 11 de Dezembro, estivemos presentes numa iniciativa promovida pelo Centro Social de Alencarce de Cima e Cascão.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da política de proximidade, estive presente, no dia 10 de Dezembro, nas Degraças, num jantar convívio organizado pelo Rancho Folclórico Papoilas da Serra. Tivemos também a oportunidade de ver a actuação da Escola de Música local, que é recente, e que nós apoiamos, no âmbito do Apoio ao Funcionamento.

De 12 a 15 de Dezembro, decorreu no Centro Paroquial de Soure, o Espectáculo de Natal cujas despesas aprovámos na reunião de Câmara de 18 de Novembro. Passaram pelo Centro Paroquial, nestes quatro dias, crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Concelho, portanto, cerca de 1.100 crianças transportadas pelos autocarros da Câmara Municipal de Soure e também pelas próprias IPSS. Referir a participação especial da APPACDM de Soure com nove dos seus utentes, uma forma muito feliz de inclusão social. Foi visível, ao longo dos dias, uma saudável e carinhosa interacção entre estes “artistas” e as crianças. Todo o espectáculo, à semelhança de anos anteriores, foi criado e posto em prática pela equipa de animação da Biblioteca Municipal de Soure. Registrar também a participação dos funcionários das Oficinas da

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

Câmara Municipal que fazem os artefactos que integram o cenário. Foram distribuídas as prendas, cuja aquisição foi aprovada na reunião de Câmara de 18 de Novembro. Este ano, oferecemos capinhas de plástico para a chuva a todas as crianças.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “representei o Senhor Presidente da Câmara, que depois também se juntou com o Senhor Vice-Presidente, no 69.º Aniversário da Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha. Ressalvar que este Aniversário foi uma longa tarde de animação cultural, recreativa e de convívio entre os associados, que contou com a presença de duas colectividades de Alfarelos: o Grupo de Cordas da Associação de Instrução e Recreio 1.º de Maio Alfarelense e a Escola de Música da Associação Cultural e Desportiva do Casal do Redinho.

Representei também o Senhor Presidente da Câmara, no 64.º Aniversário do Grupo Desportivo Sourense, que se comemorou no dia 09 de Dezembro, com a presença de mais de uma centena de associados e alguns atletas. Foi reconhecido, pelos dirigentes da colectividade, o apoio que o Município de Soure tem dado, ao longo destes anos, à Instituição. Verificou-se a satisfação dos associados por este ano estarem a comemorar mais um aniversário, mas já sem a preocupação que nos últimos três anos os atormentava, depois de alguns desvarios de anteriores Corpos Dirigentes, em terem “colocado em jogo” a própria existência do Clube. Num gesto de grande responsabilidade social e cultural, o Município de Soure interviu na promessa de aquisição da Sede Social, que os ajudou a resolver um problema e salvaguardou o interesse arquitectónico e humanístico da Vila e o interesse cultural daquela sede.

Iniciou-se uma acção que dá pelo nome “Natal é no Comércio Local” inserida no projecto Modcom, cuja candidatura foi da Associação Empresarial de Soure e na qual o Município se associou. Destacava a animação de rua pelos grupos culturais do Concelho de Soure e também a existência de um carrossel infantil, no âmbito do projecto “Comércio de Soure... Animação e Bem-estar.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “sobre esta iniciativa que o Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, mencionou, “Natal é no Comércio Local”, dizer que contactámos alguns grupos culturais do Concelho, que são também apoiados ao nível do funcionamento e que vêm participar nesta animação do comércio local. O Grupo Trai-la-Ró da Associação Cimeirense de Solidariedade Social esteve presente, no dia 10 de Dezembro, com Teatro de Fantoques; o Grupo Artes de Palco da Casa do Povo de Vila Nova de Anços, participará no dia 17 de

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

Dezembro, em diferentes locais da Vila de Soure, com Teatro de Robertos. A própria Equipa da Biblioteca Municipal, que aos Sábados à tarde está com histórias partilhadas entre pais e filhos, a essa hora, em vez de estar na Biblioteca Municipal, virá para as ruas com a Acção “Música e Leituras de Natal”. Esta animação vai ter em conta a questão da promoção da leitura, ou seja, os animadores entram nas lojas, lêem um poema ou um breve texto, leitura essa acompanhada com música e distribuem marcadores de livros com votos de Boas Festas e apelos à Leitura.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 18.11.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar a presente proposta de Acta da Ordem de Trabalhos.-----

3.2. - 28.11.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar a presente proposta de Acta da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES

. E.B.1 Gesteira

- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
E.B.1 GESTEIRA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **4.010,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo - cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros - cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **02.02.07.01.03.05** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **01.002 2011/15**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Parqueadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
14.12.2011

À Reunião de Câmara
Ana Maria Treno, Dra.
14.12.2011
(Vereador com Competências Delegadas e Subdelegadas,
Despacho do Sr. Presidente de Câmara de 06.11.2009)

e

Assunto: Educação
Ensino Básico e Secundário - Conservação / Reparação de Centros Escolares
E.B.1 Gesteira

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervir.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **4.010,00 € + IVA**.

Deste modo, propõe-se que seja pintado o interior da sala de aula e dos dois “alpendres” interiores.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Direto, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. Parqueadora Sourense - Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
2011.12.13

Concordo. À Consideração Superior.
(Mário Monteiro, Chefe Divisão O.P.M.)
2011.12.13

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 5. CULTURA

. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

**- Rancho Folclórico da Associação Social Recreativa e Cultural de Pouca
Pena**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Protocolo de Colaboração.---

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL – APOIOS AO INVESTIMENTO

- Santa Casa da Misericórdia de Soure

6.1. Alienação a Título Gratuito de Uma Parcela de Terreno

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOURE
ALIENAÇÃO A TÍTULO GRATUITO DE UMA PARCELA DE TERRENO

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Município de Soure é proprietário de um prédio urbano, que integra o seu domínio privado inscrito na matriz predial respectiva sob o art.º 8512-P e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 20632 - Freguesia de Soure.

A construção de um novo equipamento de Creche e Lar numa parcela de terreno contíguo, veio a evidenciar a inequívoca necessidade de um espaço adicional por forma a acautelar, quer um correcto e adequado acesso a esse nove equipamento, quer uma ampliação/consolidação dessa ou de outra qualquer resposta.

Como foi referido em informações anteriores, tratando-se de uma doação, esta só se poderá efectuar desde que a mesma possa assegurar a realização de algumas das atribuições municipais.

Na verdade, sendo o Município uma pessoa colectiva territorial que visa a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações, só poderá realizar actos que estejam incluídos nas suas atribuições (cfr. art.º 82.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e art.º 235.º da CRP).

Possuindo os municípios, de acordo com a al. h) do n.º 1 do art.º 13.º e art.º 23.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, atribuições no âmbito da Acção Social, designadamente no apoio à construção de equipamentos desta natureza, considera-se que a presente alienação, a concretizar-se, enquadra-se dentro das atribuições municipais.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

No que respeita à competência sobre a decisão de alienação em causa, ela pertence à Câmara Municipal, nos termos da al. f) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, tendo em conta a avaliação efectuada pelos serviços técnicos¹.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
10.11.2011

¹ De acordo com a avaliação, o valor atribuído à parcela do terreno em causa é de 265.070,00 euros, ou seja, inferior ao limite (actualmente fixado em 343.280,00 euros) estabelecido para a competência daquele órgão.

DESPACHO
À Reunião de Câmara
30.11.2011
(Ana Maria Treno, Dra., Vereadora com
Competências Delegadas e Subdelegadas,
Despacho do Sr. Presidente de Câmara de 06.11.2009)

e

Assunto: Parcela de terreno da Câmara Municipal de Soure na antiga saibreira
- Atribuição de Valor

De acordo com solicitação superior, procedeu-se à avaliação duma parcela de terreno pertença da Câmara Municipal de Soure, localizada na zona onde em tempos se situava a antiga saibreira, na Vila de Soure, adjacente ao edifício que se destina a Creche e Lar de Idosos, da Santa Casa da Misericórdia de Soure, definida na planta em anexo.

Já em 05-05-2009 a mesma parcela de terreno havia sido avaliada, pelo Sr. Eng.º Mário Monteiro, considerando que a sua utilização seria a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados, com as características então indicadas:

1. Área total do terreno = 6.950 m²;
2. Área total das edificações previstas = 2.000 m²;
3. Área dependente prevista = 500 m²;
4. Área de implantação das edificações previstas = 1.000 m²;
5. Utilização das edificações - Serviços.

Nessa data foi definido como valor justo para o terreno **265.070,00 Euros**.

Nesta altura, consideramos que o valor então atribuído à parcela de terreno em causa se mantém actual, pelo que não se vêem razões para qualquer alteração.

À consideração superior,
(O Chefe de D.O.P.M. Mário Monteiro, Eng. Civil)
(A Chefe de D.G.U.P. Maria José Carvalhão, Eng. Civil)
2011-09-14

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Alienação a Título Grátis de Uma Parcela de Terreno à Santa Casa da Misericórdia, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

6.2. PARES - PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS
. Reunião de 27 de Agosto de 2009
- Clarificação da Deliberação, do Ponto 10.1

§  §

(PONTO 10.1. DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 27 DE AGOSTO DE 2009)

* 299.690,00 €

- Valor do Apoio ao Investimento **aprovado** na Reunião de Câmara de 27.08.2009, correspondente a **15%** do **Investimento Total Elegível**.

* 265.070,00 €

- Valor atribuído à Parcela de Terreno da Câmara Municipal de Soure, com a área de 6.950 m², no Processo da sua **Alienação a Título Gratuito** à Santa Casa da Misericórdia de Soure, **sob a forma de Apoio ao Investimento**.

*	34.620,00 €,	diferença entre	299.690,00 €
		(-)	<u>265.070,00 €</u>
			34.620,00 €

- Valor da Parte do Apoio ao Investimento aprovado, na Reunião de Câmara de 27.08.2009, a concretizar sob a forma de Transferência(s) de Capital.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

*Competências Delegadas e Subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despacho de 06.11.2009.



Deliberado, por unanimidade, aprovar a Clarificação da Deliberação da Reunião do Executivo de 27 de Agosto de 2009, do Ponto 10.1.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

. Casa da Criança
- Valência Creche -

**7.1. Reunião de 14 de Julho de 2011
- Revogação da Deliberação, do Ponto 8**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Revogação da Deliberação da Reunião da Executiva de 14 de Julho de 2011, do Ponto 8.-----

7.2. Protocolo



A **CASA DA CRIANÇA DE SOURE** constitui uma resposta social que presta um importante serviço às Famílias, concretamente, o apoio ao desenvolvimento global da criança, através das valências de Creche e Educação Pré-Escolar que, até **17 de Dezembro de 1986**, integrava a área de competência da Assembleia Distrital de Coimbra;

A partir da referida data, aquele serviço passou a constituir uma atribuição do Município de Soure;

Para o desenvolvimento desta atribuição, o **MUNICÍPIO DE SOURE** celebrou, em 17 de Dezembro de 1986 e, posteriormente em 1 de Setembro de 1998, Acordos de Cooperação com o, então designado, Centro Regional de Segurança Social do Centro/Serviço Sub-Regional de Coimbra, para a valência de Creche. A partir do Ano Lectivo 2001/2002, o Município subscreveu Acordos de Cooperação tripartidos com a Direcção Regional de Educação do Centro e a Segurança Social, relativamente à valência da Educação Pré-Escolar, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento deste nível de ensino;

Entretanto, o Centro Distrital de Coimbra do Instituto da Segurança Social, I.P., atentas as “normas imperativas contidas no art.º 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e em

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

ordem a assegurar o cumprimento do princípio da legalidade”, propôs a cessação, por mútuo acordo, do Acordo de Cooperação em vigor, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 2010.

O Centro Distrital informou ainda que procederá à cessação do referido Acordo, a partir do dia 31 de Agosto de 2010, tendo como fundamento as normas legais invocadas referentes à Lei das Finanças Locais. Solicitou também ao Município a indicação da Instituição Particular de Solidariedade Social que iria assumir a gestão directa da valência Creche da Casa da Criança, para que o Centro Distrital pudesse encetar as diligências necessárias no sentido de proceder à celebração do respectivo Acordo de Cooperação;

Face ao exposto,

Considerando que a Casa da Criança de Soure presta um serviço imprescindível, no âmbito da Acção Social, ao Concelho de Soure;

Considerando que o apoio ao desenvolvimento global das crianças, logo a partir dos primeiros meses de vida, é considerado um valor fundamental no processo educativo;

Considerando que áreas de intervenção como a Educação, a Acção Social, entre outras, são essenciais para a valorização das Pessoas e, consequentemente, para a continuidade da consolidação do Desenvolvimento do Concelho de Soure;

Considerando que é necessário **não só manter, como reforçar esta Valência de Creche**, por forma a **consolidar esta tipologia de serviços à primeira infância e às famílias**;

Considerando ainda que, no âmbito territorial do Município de Soure, e mais especificamente na sede de Concelho, a Santa Casa da Misericórdia de Soure é a IPSS que irá disponibilizar a valência de Creche, no equipamento social em construção, na sequência da aprovação de uma Candidatura ao PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, apoiada pelo Município de Soure;

Considerando que este facto, aliado à valiosa obra social global que vem desenvolvendo, confere a esta Instituição Particular de Solidariedade Social um conhecimento e um capital de experiência que constituem uma garantia de continuidade da qualidade do serviço que vem sendo prestado na Casa da Criança;

Considerando ainda que, **excluída qualquer hipótese de continuidade do Acordo de Cooperação entre o Município e o Centro Distrital de Coimbra**, a manutenção deste serviço, no Concelho de Soure, está directamente dependente da respectiva gestão ser assegurada por uma Instituição Particular de Solidariedade Social;

entre o Primeiro Outorgante,

MUNICÍPIO DE SOURE, com o número de identificação de pessoa colectiva de direito público, 507103742, com sede na Praça do Município, em Soure, representado, ao abrigo das alíneas a) do n.º 1 e h) do n.º 2 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Senhora Vereadora da Câmara Municipal, *Ana Maria dos Santos Costa Treno, Dra.*, com Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Despacho do Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009.

e o Segundo Outorgante,

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOURE, com sede social em Soure, Freguesia de Soure, com o número de identificação fiscal, 501214305, representada no presente acto pelo seu Provedor *Reinaldo Ramos*.

...é subscrito o presente Protocolo, aprovado em Reunião de Câmara de 16/12/2011, que se consubstancia nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

1. O presente Protocolo estabelece **as condições de transmissão do serviço designado como Casa da Criança/Valência de Creche**, da esfera de atribuições **do Município de Soure para a Santa Casa da Misericórdia de Soure**, que passará a assumir integralmente a respectiva gestão e administração.
2. A transmissão referida no número anterior **inclui ainda:**
 - a) **Equipamentos existentes na Casa da Criança**, considerados necessários e adequados;
 - b) A **disponibilização de Funcionários** que prestam actualmente serviço na Casa da Criança, mantendo-se o seu **vínculo laboral ao Município**.

Cláusula Segunda (Recursos Humanos)

1. A definição do número e dos Funcionários a disponibilizar pelo Primeiro Outorgante, conforme referido na alínea b) do nº 2 da cláusula primeira, dependerá dos Acordos a subscrever entre a Santa Casa da Misericórdia e a Segurança Social, por forma a assegurar os serviços a prestar.
2. O Segundo Outorgante deverá transferir mensalmente para o Primeiro Outorgante o valor correspondente ao custo global dos Funcionários disponibilizados pelo Primeiro Outorgante, calculado de acordo com a ambiência legalmente aplicável às IPSS/Misericórdias, nos termos do ANEXO 1.
3. A transferência aludida no ponto anterior deverá ser feita até ao dia 28 do mês a que respeita.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

**Cláusula Terceira
(Transporte)**

1. O Primeiro Outorgante assegurará o transporte das Crianças, até que o Segundo Outorgante tenha condições para o efectuar.
2. O Segundo Outorgante transferirá, mensalmente, para o Primeiro Outorgante, o valor correspondente ao produto do número de Kms, efectivamente percorridos, pelo custo unitário anualmente acordado, nos termos do ANEXO 2.
3. A transferência aludida no ponto anterior deverá ser feita até ao dia 28 do mês a que respeita.

**Cláusula Quarta
(Vigência)**

1. O presente Protocolo produz efeitos a partir do **dia 1 de Dezembro de 2011, inclusive, devendo ser objecto de actualização os ANEXOS 1 e 2**, no início de cada Ano Civil e/ou Lectivo.
2. As actualizações atrás aludidas deverão ser feitas em conformidade com alterações legais aplicáveis no plano remuneratório, ou com modificações no Acordo da Santa Casa da Misericórdia de Soure com a Segurança Social, nesta Valência.

**Cláusula Quinta
(Situações Omissas)**

Qualquer situação omissa neste Protocolo deverá ser objecto de acordo entre os Outorgantes, em conformidade com a legislação aplicável.

Paços do Município de Soure, 16 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011*



. ANO LECTIVO _____

. N.º DE CRIANÇAS _____

. RECURSOS HUMANOS:

⇒ Legalmente Exigidos

- ~ Educador(es) de Infância
- ~ Auxiliar(es) de Acção Educativa
- ~ Ajudante(s) de Acção Educativa
- ~ Outros

⇒ Disponibilizados pela Câmara Municipal

- ~ Educador(es) de Infância
- ~ Auxiliar(es) de Acção Educativa
- ~ Ajudante(s) de Acção Educativa
- ~ Outros



. Valor MENSAL¹⁾ ⇒

. Valor ANUAL¹⁾ ⇒

¹⁾ Cálculo na Página Seguinte

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**



CATEGORIA DOS FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS	REMUNERAÇÃO MENSAL (1)	ENCARGOS SEG. SOCIAL (2)	ENCARGOS C/ SEGUROS (3)	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO (4)	CUSTO MENSAL (5) =(1)+(2)+(3)+(4)	SUBSÍDIO DE FÉRIAS (6)	SUBSÍDIO DE NATAL (7)	CUSTO ANUAL (8) =12x(5)+(6)+(7)	N.º FUNCIONÁRIOS DISPONIBILIZADOS
Educadores de Infância								8 ₁	Y ₁
Auxiliares de Acção Educativa								8 ₂	Y ₂
Ajudantes de Acção Educativa								8 ₃	Y ₃

• Valor Anual

⇒

$$V.A. = (Y_1 \times 8_1) + (Y_2 \times 8_2) + (Y_3 \times 8_3)$$

• Valor MENSAL

⇒

$$\frac{V.A.}{12}$$

Paços do Município de Soure, 16 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

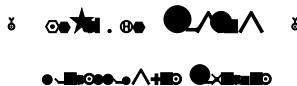
O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009



**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**



- . ANO LECTIVO _____
- . CIRCUITO DIÁRIO/N.º DE KMS _____ a)
- . CUSTO UNITÁRIO ACORDADO _____ € b)



- Valor Diário $\Rightarrow c) = a) \times b)$
- Valor MENSAL $\Rightarrow d) = c) \times N.º \text{ de Dias do Mês}$
com Funcionamento do Serviço

Faços do Município de Soure, 16 de Dezembro de 2011

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente Proposta de Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

Ponto 8. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE
- . Extensão de Saúde da Gesteira
- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE

CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA GESTEIRA

ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **16.021,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **02.03.07.01.03.07** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **04.001 2011/92**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Parqueadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
18.11.2011

DESPACHO
À Reunião de Câmara
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
30.11.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

e

Saúde

Conservação/Reparação de Extensões de Saúde

Assunto: Conservação / Reparação da Extensão de Saúde da Gesteira

Extensão de Saúde da Gesteira, apresenta no seu interior sinais de degradação, pelo que se impõe a seguinte intervenção:

1. Demolição de parede interior;
2. Fornecimento e aplicação de parede divisória em pladur;
3. Fornecimento e aplicação de janela em alumínio lacado com vidro duplo;

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

4. Fornecimento e aplicação de pavimento laminado com resistência à abrasão;
5. Fornecimento e aplicação de rodapé de aglomerado folheado a carvalho;
6. Pintura de paredes interiores com duas demãos a tinta plástica branca.

Sugerimos a adjudicação à firma Parqueadora Sourense pelo montante de 16.021, 00 Euros + IVA, valor que se enquadra nos preços actualmente praticados.

Esta intervenção encontra-se incluída no Plano de Actividades para o ano de 2011.

À Consideração Superior

17 / 11 / 2011

O Técnico

(Evaristo Duarte)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- . RAMAIS / BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Rede de Distribuição e Iluminação Pública em Soure
- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

RAMAIS / BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE

REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SOURE

ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **25.470,25 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.01.07.01.04.10** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.003 2011/102**.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Eng.º;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Helenos, S.A.;**
- **Canas Electro-Montagens, S.A.;**
- **Barata & Marcelino, S.A.**

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
14.12.2011

e

Assunto: *Habitação, Urbanismo e Urbanização*
Iluminação Pública – Ramais/Baixadas e Prolongamentos de Rede
Rede de distribuição e iluminação pública em Soure

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervir.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **25.470,25 € + IVA**.

Deste modo, com o objectivo de melhorar as condições do fornecimento de energia prestado aos Municípios, através da alteração da rede existente de aérea para subterrânea, e, também, de possibilitar a remoção da rede de média tensão existente no Largo dos Bacelos, propõe-se que seja remodelada uma parte da rede de distribuição e iluminação pública na Vila de Soure (Rua do Cais / Rua Alferes Barrilado Ruas / Rua Morais Pinto / Av. Dr. Raul Madeira / Praça da República).

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite às seguintes empresas:

1. Helenos, S.A.
2. Canas Electro-montagens, S.A.
3. Barata & Marcelino, S.A.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
12.12.2011

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

Concordo. À Consideração Superior.
(Mário Monteiro, Chefe Divisão O.P.M.)
2011.12.14

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 10. URBANISMO E URBANIZAÇÃO
. Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG)
- Gestor de Metadados

Foram presentes as seguintes informações:

assunto: Instituto Geográfico Português
Nomeação de Gestor de Metadados

A directiva INSPIRE, estabelece a criação da Infra-estrutura Europeia de Informação Geográfica.

A directiva obriga os Estados Membros a gerirem e a disponibilizarem os dados e serviços de informação geográfica de acordo com princípios e regras comuns.

Foi transposta para a ordem jurídica Portuguesa pelo DL 180/2009, de 7/8 que procede à revisão do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e fixa as normas gerais para a constituição de infra-estruturas de informação geográfica em Portugal.

Os metadados da informação geográfica, são uma descrição textual de forma normalizada, da informação geográfica, ou seja, são uma das normas gerais referidas no DL 180/2009, de 7/8.

Sendo o Município de Soure uma autoridade pública produtora/detentora de conjuntos e serviços de dados geográficos nacionais, está abrangido pelo DL 180/2009, de 7/8, pelo que deverá nomear um Gestor de Metadados.

Sobre esta questão sugiro que seja nomeado o Sr Arquitecto Rui Miguel Freire Mendes Fernandes.

Maria José Carvalhão – Engª Civil
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento
9 de Dezembro de 2011

c

Assunto: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
DESIGNAÇÃO DO GESTOR DE METADADOS DA CÂMARA MUNICIPAL
COMPETÊNCIA

Através do ofício ref.ª 66/DSIGIG/2011, vem o Instituto Geográfico Português solicitar à Câmara Municipal de Soure, a designação do seu Gestor de Metadados no âmbito do Sistema Nacional de Informação Geográfica.

Assim, é solicitado parecer quanto ao órgão com competência para a designação do mencionado Gestor.

O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de Agosto, prevê no seu n.º1 que “As autoridades públicas devem designar um Gestor de Metadados e proceder à sua inscrição no geportal do SNIG.”

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

Ora, nos termos da alínea a) do n.º1 artigo 3.º do mesmo diploma, entende-se por “Autoridade Pública” os órgãos da Administração Pública nacional, regional ou local, incluindo órgãos consultivos.

A competência dos órgãos da Administração Pública Local está definida no Quadro de Competências dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias aprovado pela Lei n.º169/99, de 18/09.

No seu artigo 2.º está previsto que os órgãos representativos do Município são a assembleia municipal e a câmara municipal.

A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial do Município.

O artigo 64.º do referido Quadro de Competências fixa uma série de competências que são conferidas ao órgão Câmara Municipal, sendo que a alínea d) do seu n.º7, prevê que compete àquela, “*exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município*”.

Assim, a competência conferida aos órgãos da Administração Pública Local, pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 180/2009, no caso dos Municípios, é conferida à Câmara Municipal.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 180/2009 de 7 de Agosto, compete ao órgão Câmara Municipal designar o seu Gestor de Metadados.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
07.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Designação do Senhor Arquitecto, Rui Miguel Freire Mendes Fernandes, como Gestor de Metadados.-----

Ponto 11. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . ETAR - ENCAMINHAMENTO / TRATAMENTO DE LAMAS
- . PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS // ANO DE 2012
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE
ETAR - ENCAMINHAMENTO/TRATAMENTO DE LAMAS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS // ANO DE 2012
- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação em Reunião de Câmara de 18.11.2011, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

EMPRESA	VALOR
Ambipombal	3.340,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo se encontra dispensado da redução a escrito - cf. n.º 3 do artigo 128.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa de audiência prévia;
2. A adjudicação do presente serviço à empresa “Ambipombal”;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 3.340,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
05.12.2011

DESPACHO:

À Reunião de Câmara.
O Vice-Presidente *,
(Santos Mota, Dr.)
06.12.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal, despachos de
03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- . Resíduos Sólidos e Higiene Pública – Rede Complementar
- . Prestação de Serviços // Ano de 2012
 - Adjudicação

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011***

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE
RESÍDUOS SÓLIDOS E HIGIENE PÚBLICA - REDE COMPLEMENTAR
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS // ANO DE 2012
- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação em Reunião de Câmara de 18.11.2011, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
ERSUC - Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.	36.767,10 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta está de acordo com o preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

De acordo com o n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o contrato do presente serviço será reduzido a escrito.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A aprovação da minuta do contrato;
2. A dispensa de audiência prévia;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa “ERSUC - Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 36.767,10 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
05.12.2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vice-Presidente *,
(Santos Mota, Dr.)
06.12.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

Senhor Presidente da Câmara Municipal, despachos de
03.11.2009 e de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 13. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. HIGIENE PÚBLICA

**- Óleos Alimentares Usados (OAU) // Recolha Selectiva e Encaminhamento
. Protocolo de Colaboração**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Defesa do Meio Ambiente – Outras Acções

Recolha Selectiva de Óleos Alimentares Usados e respectivo encaminhamento

Relativamente ao tema em assunto, considerando:

1. A premência temporal – necessário implementar o sistema até final do corrente ano;
2. O superior interesse ambiental/social da resposta a dar nesta matéria;
3. A análise feita à oferta já existente no mercado;

Permitimo-nos sugerir que, num primeiro período de até 5 anos, se aprove um protocolo de colaboração com a empresa biosys – serviços de ambiente, lda, nas condições que constam da proposta que juntamos em anexo.

Durante este período transitório dever-se-á avaliar/acompanhar, quer a evolução da oferta de mercado, quer a resposta dada ao quadro de necessidades concelhio que se vier a “verificar”, quer a eventual definição de uma forma de recurso ao mercado mais adequada.

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º)

(Chefe Div. O.P.M.)

2011-11-25

e

Assunto: Óleos Alimentares Usados

Os óleos alimentares usados (OAU) são aqueles que resultam da utilização de óleos na alimentação humana. Estes óleos têm soluções ambientalmente correctas podendo ser utilizados para a produção de combustíveis ou no fabrico de sabão.

A maioria dos óleos alimentares usados em Portugal tem como destino os sistemas de esgotos o que prejudica seriamente os processos de tratamento das ETAR urbanas e provoca impactos ambientais negativos. A descarga de águas residuais, contendo óleos alimentares usados, nas linhas de água, tem como consequências, a diminuição da concentração de oxigénio, presente nas águas residuais, o aumento da carga orgânica, e como tal a degradação da qualidade do meio receptor, provocando maus cheiros e a deterioração da fauna e flora envolventes.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

O Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro que estabelece o Regime jurídico da Gestão de Óleos Alimentares Usados, cria um conjunto de normas que visam quer a implementação de circuitos de recolha selectiva, o seu correcto transporte, tratamento e valorização, por operadores devidamente licenciados para o efeito.

É conferido especial enfoque à recolha de OAU no sector doméstico, atribuindo um papel de relevo aos municípios estabelecendo objectivos concretos para a constituição de redes municipais de recolha selectiva, os municípios passaram a ser responsáveis pela recolha selectiva e encaminhamento dos óleos alimentares usados, produzidos pelos sectores industrial, da hotelaria e restauração (HORECA) e doméstico.

De acordo com o artigo 8º do referido Decreto-Lei, os municípios terão de constituir uma rede de recolha selectiva municipal; tendo em vista a constituição progressiva da rede de recolha selectiva municipal de OAU, fica estabelecido objectivos para a disponibilização de pontos de recolha respeitando, no mínimo, os seguintes limiares:

- **Até 31 de Dezembro de 2011**, devem ser disponibilizados, pelo menos:
 - **8 Pontos** de recolha por cada município com menos de 25.000 habitantes;
- **Até 31 de Dezembro de 2015**, devem ser disponibilizados, pelo menos:
 - **12 Pontos** de recolha por cada município com menos de 25.000 habitantes.

No âmbito deste assunto e sem qualquer encargo para o Município, sugerimos que a colocação dos Oleões, recolha do resíduo e respectiva manutenção seja efectuada por empresa licenciada para a recepção deste resíduo.

À Consideração Superior
(Cristina Madeira, Eng.ª)
2011-09-22

Por se tratar de legislação que nos obriga à colocação dos Oleões até final de Dezembro de 2011, pensamos que se deve contratar uma empresa legalmente licenciada/acreditada para o efeito.

À Consideração Superior
(Evaristo Duarte - Técnico)
17/10/2011

O Senhor Presidente referiu que: “este ponto tem, do nosso ponto de vista, grande interesse ambiental... Em princípio, com a sua aprovação, até final do ano, já existirão no Concelho doze Oleões para a recolha de óleos alimentares usados... Os serviços consultaram várias empresas habilitadas e esta foi considerada a proposta de Protocolo de Colaboração mais favorável... mas, ainda assim, deveremos apreciá-la com os cuidados que o Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas Municipais recomenda... Com a aprovação deste Protocolo de Colaboração o nosso Concelho dará mais um salto qualitativo na defesa e valorização do meio ambiente...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Protocolo de Colaboração.-----

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano e das Águas Residuais**
- Parecer**

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 15. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . Regime de Exercício da Actividade Industrial - (REAI)**
- Licenciamento Industrial // Vistoria**
- . Representante da Câmara Municipal**

Foram presentes as seguintes informações:

assunto: Licenciamento industrial – RELAI / REAI
Marcação de vistorias – Pedido de nomeação de representante
Cruz & Cruz, Lda

A empresa Cruz e Cruz está situada na Zona Industrial de Queitide.

O estabelecimento industrial está em fase de licenciamento pelo Ministério da Economia e do Emprego, que é a entidade coordenadora do licenciamento.

Nesse âmbito, solicitou à Câmara a nomeação de um representante para a realização da vistoria conjunta que irá ser realizada no dia 23 de Janeiro de 2012.

Sobre esta questão sugiro que eu, enquanto Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, seja nomeada representante da Câmara para a realização da vistoria.

Maria José Carvalho – Eng.ª Civil
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento
7 de Dezembro de 2011

e

Assunto: REGIME DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL (REAI) (DEC. -LEI N.º 209/2008 DE 29/10)
VISTORIA PREVISTA NO ARTIGO 27.º
DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL
COMPETÊNCIA

Relativamente ao assunto em epígrafe, é solicitado parecer quanto à competência para a designação do representante da Câmara Municipal na vistoria prevista no artigo 27.º do REAI, ou seja, se é uma competência da Câmara Municipal ou do Presidente da Câmara.

O n.º 2 do artigo 27.º do REAI prevê que “A realização da vistoria é comunicada, com a antecedência mínima de 10 dias, ao requerente e a todas as entidades públicas que, nos termos da lei, se devam pronunciar sobre as condições de exploração do estabelecimento, as quais devem designar os seus representantes e indicar técnicos e peritos.”

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Dezembro de 2011

Sobre esta matéria o artigo 12.º do REAI, sob a epígrafe “*Pronúncia de entidades públicas*”, prevê que nos procedimentos previstos no REAI pode pronunciar-se, nos termos das respectivas atribuições e competências legalmente previstas, a Câmara municipal territorialmente competente;

Assim por remissão da alínea e) do n.º1 do artigo 12.º do REAI, a entidade pública, referida no n.º2 do artigo 27.º do REAI, com competência para *designar os seus representantes*, é a Câmara Municipal.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do n.º2 do artigo 27.º, por remissão da alínea e) do n.º1 do artigo 12.º, todos do Dec. -Lei n.º 209/2008 de 29/10, compete à Câmara Municipal de Soure designar o seu representante na vistoria prevista daquele artigo.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
07.12.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Designação da Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, Eng.ª Maria José Carvalho, como Representante da Câmara Municipal.-

Ponto 16. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
 . Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM)
 . Associação Empresarial de Soure
 - Ocupação de Espaço Público
 - Isenção de Taxas

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Ocupação do espaço público
- Associação Empresarial de Soure
 - * Autorização para ocupar o espaço público com equipamento de divertimento infantil
 - * Isenção de taxas

A Associação Empresarial de Soure solicitou autorização para ocupar parte da Praça Heróis Coutinho e Cabral, em Soure, com um equipamento de divertimento infantil, no âmbito do projecto “Comércio de Soure Animação e Bem-estar” e incorporado na acção “Natal é no Comércio local”, a decorrer entre 05/12/2011 e 08/01/2012.

A licença de ocupação de espaço público, após a devida análise, foi deferida por despacho do Sr. Vereador, Dr. Santos Mota, em 09 de Dezembro de 2011.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 22€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artigo 26º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção de taxas devidas pela ocupação do espaço público.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa com impacto cultural, económico e social, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À Consideração Superior

Maria José Carvalhão – Engª Civil
Chefe de Divisão G.U.P.
13 de Dezembro de 2011

e

assunto: Isenção de Taxas

processo: 16271/2011

requerente: Associação Empresarial Soure

local: Praça Heróis Coutinho e Cabral - Soure

Através do requerimento referido em epígrafe, vem a Associação Empresarial de Soure solicitar a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público com divertimento infantil no âmbito do projecto “Comércio de Soure Animação e Bem Estar”.

A matéria das isenções subjectivas das taxas municipais, encontra-se regulada no artigo 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

No presente caso o requerente é uma Associação Empresarial, ou seja uma pessoa colectiva de direito privado mas que não se insere no grupo das entidades, passíveis de isenção do pagamento de taxas, previstas no artigo 25.º do RLCTM.

No entanto, para além das isenções e entidades, referidas no supra mencionado artigo 25.º, prevê o artigo 26.º do RLCTM a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do artigo 26.º do RLCTM poderá ser concedida, à Associação Empresarial de Soure, a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público com divertimento infantil no âmbito do projecto “Comércio de Soure Animação e Bem Estar”, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

13 de Dezembro de 2011

À consideração superior,
(Edgar J. Domingues, Dr.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Isenção de Taxas, dado tratar-se de uma iniciativa com inequívoco Impacto Cultural, Económico e Social.-----

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS

- . Procedimento Concursal Comum para a Ocupação de Um Posto de Trabalho em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Assistente Operacional
- Autorização**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ♦ Procedimento Concursal Comum para a ocupação de 1 posto de trabalho em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Assistente Operacional.

Com a entrada da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (Lei que regulamenta o Regime de Contratação de Trabalho em Funções Públicas) iniciou-se uma fase muito importante e decisiva na Administração Pública.

A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, teve como objectivo principal a definição do Regime Jurídico de Vinculação de Carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e veio introduzir um vasto conjunto de alterações na relação jurídica de emprego público.

O art. 6.º do referido diploma, tem como epígrafe - "*Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pessoal*" - e, estabelece no n.º 2 que, quando se verifique que o n.º de trabalhadores em funções públicas é insuficiente face às exigências previstas no mapa de pessoal em vigor, designadamente, no que se refere a postos de trabalho previstos e não ocupados, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento para a ocupação dos postos de trabalho em causa.

Nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, o âmbito de recrutamento para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, vem proceder à adaptação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, à Administração Autárquica, estabelecendo no art. 4.º com epígrafe "*Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pessoal*", que o recrutamento previsto nas referidas condições, seja precedido da aprovação do órgão executivo.

Por sua vez, a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, veio aprovar um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Esta Lei, no seu art. 10.º, "*Controlo do Recrutamento de Trabalhadores nas Administrações Regionais e Autárquicas*", determina que, no caso das Autarquias Locais, o recrutamento excepcional de Recursos Humanos deve ser fundamentado e autorizado sob proposta do Presidente da Câmara ao Órgão Executivo.

Constatando-se a efectiva e real carência de Recursos Humanos, - resultante das várias cessações verificadas ao longo do ano e que será agravada pelas já previstas para 2012 -, parece-nos que se tornará necessário proceder à admissão de Pessoal para colmatar esta situação.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011**

Releve-se ainda, que no Mapa de Pessoal aprovado para 2011 existem lugares vagos.
Assim, face ao exposto, sugere-se:

- A aprovação, pelo Órgão Executivo, da autorização para iniciar com carácter de urgência, Procedimento Concursal por Tempo Indeterminado para 1 lugar de Assistente Operacional.

À consideração superior,
Paços do Município de Soure, 12 de Dezembro de 2011

A Técnica Superior,
(Lília Berardo)
A Técnica Superior,
(Susana Ramos)

O Senhor Presidente referiu que: “em 2011, saíram oito funcionários, sete por aposentação e um por falecimento... em 2012, estão já em processo final de apreciação mais seis pedidos de aposentação... Os serviços informam que existem cinco funcionários com contratos a termo desde 2009, que terminam em Janeiro e Maio de 2012... Adiantam ainda os serviços que, de acordo com aquilo que se prevê que venha a ficar inscrito no Orçamento Geral do Estado para 2012, se não lhes for agora dada a possibilidade legal de passarem do contrato de três anos para o quadro, pura e simplesmente, terminam os contratos, eles irão embora e ficaremos sem capacidade de resposta... Se não aprovarmos esta autorização, para continuarmos a assegurar estes serviços teremos que recorrer à sua prestação por entidades externas...”

Assim, considerando a efectiva e real carência de Recursos Humanos resultante das várias cessações ao longo dos últimos anos, que se agravará em 2012, propõe-se que se aprove a autorização para a abertura deste Procedimento Concursal, nesta ambiência concreta.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Autorização para iniciar com carácter de urgência, Procedimento Concursal por Tempo Indeterminado para Um Lugar de Assistente Operacional.-----

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS

. Natal // 2011

- Festa para os Filhos dos Trabalhadores

Comissão Organizadora
da Festa de Natal do
Município de Soure

Num quadro de contenção
económica, mas mantendo o
espírito festivo de Natal,
autorizo a realização de uma
despesa global de 900€ para a
concretização desta iniciativa
- 700€ para a aquisição de prendas
(€ 5€ por prenda) e 200€ para o almoço

Exmo. Senhor

A Reunião de Câmara
para Ratificação.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011*

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 19. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
- Alterações Legislativas
. Propostas

Foi tomado conhecimento.-----

*23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Dezembro de 2011*